

Leandro Salman Torelli*

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

Alexandre Macchione Saes**

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil



A redefinição da inserção periférica brasileira: uma reflexão a partir do prisma furtadiano (1990-2016)

Recebido em: 09 set. 2022 **Aprovado em:** 06 mar. 2023 **Publicado em:** 03 maio 2023.

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.17.32-6>

* Professor Convidado da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Curso de Pós-graduação *latu sensu* em Teoria e Análise Econômica. Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Mestre em História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas; graduado em História pela Universidade Estadual Paulista. E-mail: leandro_torelli@hotmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/3923830281950144>

 <https://orcid.org/0000-0002-0125-6521>

** Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Departamento de Economia. Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas; graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista. Atualmente é Diretor da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM/USP) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – nível 2. E-mail: alexandre.saes@usp.br

 <http://lattes.cnpq.br/6085150808596076>

 <https://orcid.org/0000-0003-4274-1993>

Resumo

As transformações vividas pelo Brasil a partir da crise dos anos 1980 e da (re)inserção periférica do país ao sistema mundial iniciada na década de 1990 podem ser, em muitos aspectos, analisadas a partir das percepções de Celso Furtado sobre as transformações do capitalismo desde os anos 1970. O artigo tem como objetivo debater os limites e as possibilidades do desenvolvimento brasileiro conforme imaginado por Celso Furtado, a partir da dinâmica do capitalismo das últimas décadas e das ideias que sustentaram o projeto neoliberal durante o governo Fernando Collor de Mello e de sua radical retomada a partir de 2016. Para tanto, nos debruçamos sobre alguns materiais produzidos por esses governos, ideólogos e/ou forças políticas que sustentaram os projetos para compreender suas ideias e ações, para então propor uma interpretação de conjunto sobre o processo a partir das ideias de Furtado.

Palavras-chave: Celso Furtado. Neoliberalismo. Governo Fernando Collor de Mello. Governo Michel Temer.

Leandro Salman Torelli*

School of Sociology and Politics Foundation of São Paulo
São Paulo University
São Paulo, São Paulo, Brazil

Alexandre Macchione Saes**

São Paulo University
São Paulo, São Paulo, Brazil



The redefinition of the Brazilian peripheral insertion: a reflection from the Furtadian point of view (1990-2016)

Received: 09th Sept. 2022 Approved: 06th Mar. 2022 Published: 03rd May 2023.

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.17.32-6>

* Visiting Professor at the School of Sociology and Politics Foundation of São Paulo, *Latu sensu* Postgraduate Course in Economic Theory and Analysis. PhD candidate in Economic History at the São Paulo University, College of Philosophy, Modern Letters and Human Sciences. MSc in Economic History from the State University of Campinas; Graduated in History from Paulista State University. Email: leandro_torelli@hotmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/3923830281950144>

 <https://orcid.org/0000-0002-0125-6521>

** Professor at the São Paulo University, College of Economics, Administration, Accounting and Actuarial Science, Department of Economics. PhD in Economic Development from the State University of Campinas; Graduated in Economic Sciences from Paulista State University. Currently Director of the *Brasiliana Guita* and José Mindlin Library (BBM/USP) and CNPq Research Productivity Scholar – level 2. Email: alexandre.saes@usp.br

 <http://lattes.cnpq.br/6085150808596076>

 <https://orcid.org/0000-0003-4274-1993>

Abstract

The transformations experienced by Brazil since the crisis of the 1980's and the peripheral (re)insertion of the country into the world system that began in the 1990's can be, in many respects, analyzed from Celso Furtado's perceptions on the transformations of capitalism since the 1970's. The paper aims to discuss the limits and possibilities of Brazilian development as imagined by Celso Furtado, based on the dynamics of capitalism in recent decades and the ideas that sustained the neoliberal project during the Fernando Collor de Mello government and its radical resumption from 2016. To do so, we focused on some materials produced by these governments, ideologues and/or political forces that supported the projects in order to understand their ideas and actions, to then propose an overall interpretation of the process based on the ideas of Stolen.

Keywords: Celso Furtado. Neoliberalism. Government of Fernando Collor de Mello. Government of Michel Temer.

1. Introdução

Por ocasião do centenário de nascimento do economista brasileiro Celso Furtado (1920-2004), diversas publicações, reflexões, artigos, seminários e debates foram trazidos à público, abordando a obra de um dos demiurgos do Brasil (OLIVEIRA, 2003, p. 83) que, com certeza, trata-se de um dos pensadores fundamentais para se refletir sobre a formação brasileira e sua trajetória histórica.¹ Esse resgate da obra de Furtado se deu numa conjuntura de profundas incertezas e dificuldades sobre os caminhos do Brasil no que diz respeito ao seu desenvolvimento e, mais profundamente, no que se refere ao seu processo civilizatório. Como o próprio Furtado escreveu certa vez, “em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser” (FURTADO, 1999, p. 26).

Àquela altura, o economista e pensador do Brasil tinha uma avaliação bastante negativa sobre os rumos da economia e da sociedade brasileiras na conjuntura de inserção do país ao novo tipo de capitalismo que já vinha sendo gestado desde ao menos a década de 1970, e que limitava ainda mais, em sua visão, as possibilidades de superação do subdesenvolvimento a países como o Brasil. Em obras como *O mito do desenvolvimento econômico* (1974) e *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978), Furtado procurou demonstrar a sua visão sobre os novos mecanismos de inserção num sistema capitalista em rápida mutação, ancorado na transnacionalização da produção e na mais rápida circulação financeira.

1 Dentre outras revistas científicas brasileiras e publicações internacionais comemorativas ao centenário, cf.: *Revista História Econômica & História de Empresas* (n. 1, v. 24, 2021); *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* da USP (n. 78, 2022); *Revista Intellêctus* (ano XIX, n. 2, 2020), da UERJ. Alguns livros foram publicados em homenagem ao economista brasileiro em seu centenário, como Lacerda (2020); Quintela *et al.* (2020); e, especialmente, a reunião dos *Diários Intermitentes* (2019) e a *Correspondência intelectual* (2021) de Furtado, compilados por Rosa Freire d’Aguiar. Entre os eventos realizados, muitos ocorreram em universidades, partidos políticos e câmaras municipais e estaduais, indicando a extensão intelectual, de ação política e de força militante do pensamento de Celso Furtado. Francisco de Oliveira (2003, p. 83) faz referência a afirmação do crítico literário e ensaísta Antonio Candido de Mello e Souza, que considerava Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior como “demiurgos do Brasil”, na medida em que fundaram interpretações que se tornaram referências fundamentais na percepção do que caracteriza a nossa nacionalidade. Para Oliveira, Celso Furtado, pela inovadora percepção da formação econômica do Brasil, pode ser alçado a esse panteão dos demiurgos.

Esse processo alcançou movimentos inimagináveis ao longo das décadas seguintes e o Brasil, por seu lado, promoveu a sua (re)inserção periférica ao novo tipo de capitalismo, agora globalizado e neoliberal.² Entretanto, no começo do século XXI, durante os governos petistas de Lula (2003-2010) e Rousseff (2011-2016), aparentemente havíamos encontrado uma forma de inserção nesse novo quadro internacional que teria levado o país a uma “década inclusiva”, entre 2003 e 2014. Para muitos, deu-se a impressão de que aquela visão sombria de Furtado em fins do século XX estaria superada. Houve quem afirmasse que o Brasil parecia alçar às condições de uma “sociedade de classe média”, fundamentada na diminuição dos grupos de renda inferiores e no crescimento dos grupos intermediários (NERI, 2008), o que demonstraria um processo de nivelamento social resultante de um grande mecanismo de inclusão dado pelo acesso a melhores níveis de renda, crédito, bens de consumo e consequente ampliação do mercado interno. O país, aparentemente, ingressara num processo irreversível para um novo quadro civilizatório, marcado pela intolerância com as profundas desigualdades sociais que tinham sido características distintivas do Brasil desde sua formação colonial.

A partir de 2014, porém, o que se viu foi um rápido processo de desmonte dos avanços da chamada década inclusiva. Além disso, alguns mitos criados sobre aquele período, como a ideia de redução absoluta das desigualdades, passaram a ser questionados com a realização de pesquisas que mostraram a resiliência da concentração de renda no país no topo da

2 A definição de capitalismo neoliberal aqui adotada é a descrita a seguir: “O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados [...]. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício” (HARVEY, 2014, p. 12).

distribuição (SOUZA, 2018). A crise política a partir de 2014 e, especialmente desde 2016, deu início, após um golpe parlamentar promovido com apoio explícito ou implícito de setores importantes das elites e das classes médias brasileiras (SANTOS, 2017),³ a um processo de reversão das (poucas) conquistas anteriores para as camadas populares, e a uma ainda mais profunda e significativa inserção subordinada ao capitalismo neoliberal, com alguns elementos mais radicais, como o progressivo abandono das políticas inclusivas e um ataque sistemático, inclusive, aos direitos sociais previstos na Constituição pactuada no processo de redemocratização, em 1988, como os direitos trabalhistas, a seguridade social e o congelamento de gastos públicos com os direitos sociais por 20 anos.

Diante deste quadro, alguns pesquisadores da corrente crítica da historiografia econômica recentemente partiram do pensamento de Furtado para analisar alguns momentos dessa trajetória das últimas décadas da sociedade brasileira. A perspectiva de alguns deles tem sido olhar para o período da chamada década inclusiva, que nos referimos acima, para refletir sobre os limites do modelo de desenvolvimento e de inclusão colocado em prática pela esquerda brasileira no poder (ROSSI; MELLO; BASTOS, 2020). Outros procuraram pensar a partir dos conceitos de subdesenvolvimento, criatividade e dependência presentes na obra de Furtado, um caminho para um Brasil democrático e inclusivo (FALEIROS; FELIPE; SAMPAIO, 2019). Também houve propostas de reflexão sobre as dificuldades de um projeto nacional de desenvolvimento pela visão furtadiana (e de Florestan Fernandes) a partir dos aspectos estruturais de inserção do Brasil no capitalismo e das opções subordinadas das elites nacionais (BARBOSA, 2020). Além disso, a reflexão e o uso do método histórico-estrutural consagrado por Celso Furtado entre nós foi um guia útil de análise sobre o Brasil no século XXI, especialmente para compreender as possibilidades e os limites do país no contexto recente (SAES; SOARES, 2021).

3 Entendemos como “golpe parlamentar” o processo de *impeachment* sofrido pela presidente Dilma Rousseff em 2016, a partir da noção definida por Wanderley Guilherme dos Santos (2017, p. 31), segundo o qual, tratou-se de “uma substituição fraudulenta de governantes orquestrada e executada por lideranças parlamentares”. Para uma visão alternativa, que prefere eliminar a denominação “golpe”, apesar de considerar o processo ilícito, ver a noção de “parlamentada” em Nobre (2020, p. 40-43).

O ensejo desses trabalhos, focados especialmente no interregno petista no poder, nos auxiliou na construção da proposta deste artigo, que é nos municiar das interpretações e do método de Furtado para analisar a (re)inserção do Brasil no capitalismo internacional após as transformações do sistema a partir da década de 1970. Mas diferentemente do debate sobre o caráter do “novo desenvolvimentismo”,⁴ isto é, da política promovida durante os governos do PT, o enfoque deste artigo é examinar os projetos e as reformas neoliberais produzidas nos extremos da nova República. Em comum, tanto o primeiro governo eleito diretamente pela população depois da Ditadura Militar, de Fernando Collor de Mello (1990-1992), quanto, no outro extremo, os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), foram marcados por uma agenda de reformas liberais. Estas, cada uma a seu modo, acabou produzindo grandes impasses e conflitos entre os interesses do mercado e da sociedade, expressos nos compromissos da Constituição cidadã de 1988 e nas disputas de fronteira entre vida social e econômica, com larga vantagem para esta última (POLANYI, 2000). A intenção, portanto, é refletir sobre os limites e as possibilidades do desenvolvimento brasileiro conforme imaginado por Celso Furtado a partir da lógica do capitalismo neoliberal das últimas décadas.

Para tanto, vamos, na seção 2 deste artigo, analisar as interpretações de Celso Furtado sobre o capitalismo e suas transformações a partir do seu método histórico-estrutural e das tradições cepalinas da relação centro-periferia. Em seguida, na seção 3, discutiremos os projetos de inserção do Brasil ao novo capitalismo, globalizado e neoliberal, dos anos 1990 e 2010, dando especial destaque às ideias que sustentaram o projeto durante o governo Collor, a instalação do Plano Real e a retomada do projeto neoliberal radicalizado a partir de 2016. Para tanto, nos debruçamos sobre alguns materiais produzidos por esses governos, ideólogos e/ou forças políticas que sustentaram os projetos para compreender suas ideias e ações. Na quarta e última seção, propomos uma interpretação de conjunto ao processo a partir

4 O texto que abre a polêmica do novo desenvolvimentismo é o de Bresser-Pereira (2006). Para o debate em torno do conceito, sugerimos Sicsú *et al.* (2007), Bastos (2012) e Carneiro (2012).

das ideias de Furtado, relacionando os elementos interpretativos discutidos na seção 2 com o contexto econômico-político exposto na seção 3, apresentando, assim, as nossas considerações finais.

Dessa forma, procuraremos promover uma reflexão específica das formas de inserção ao capitalismo neoliberal que se tentou no Brasil, analisando-os a partir de uma perspectiva crítica de inspiração furtadiana.

2. Celso Furtado: reflexões acerca do capitalismo

Celso Furtado é mais conhecido pela sociedade em geral pelas suas intervenções políticas como homem público envolvido com projetos como o da criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), ou como Ministro do Planejamento do governo de João Goulart (1961-1964), quando tentou a implantação do Plano Trienal de combate aos desajustes econômicos que o país vivia na ocasião, ou ainda durante a redemocratização, na sua atuação como Ministro da Cultura, no governo de José Sarney (1985-1990).

Além disso, para o público mais específico de estudantes de economia e de outras ciências sociais, Furtado é geralmente lembrado como um grande analista da história econômica brasileira, dada a importância de sua principal obra, *Formação Econômica do Brasil* (1959), que se tornou inclusive disciplina acadêmica nos cursos de formação em ciências econômicas e mesmo em outras áreas. Este livro clássico, que consagrou o autor como um dos grandes intérpretes do Brasil, é a expressão do método histórico-estrutural na análise da trajetória econômica brasileira, e inspirou diversos pesquisadores na reflexão dos caminhos econômicos do país (OLIVEIRA, 2003). Além disso, nesta obra inovadora, alguns entendem que Furtado procurou relacionar como as elites dirigentes do país promoveram, na longa duração inspirada na elaboração do historiador Henry Pirenne, os diversos formatos dos fluxos de renda (inspirado no economista inglês John Keynes) para consolidar e/ou preservar determinadas estruturas sociais (inspirado no pensador Karl Marx)

a partir de uma reflexão dos tipos ideais pensados com a leitura do sociólogo alemão Max Weber (BARBOSA, 2021b, p. 88-92).

Entretanto, aqueles que se dedicam mais profundamente a obra de Celso Furtado, sabem que sua produção intelectual é bastante significativa também na análise histórico-estrutural do próprio capitalismo, na medida em que o autor sempre viu o Brasil inserido num amplo processo de alcance mundial dado pela lógica da relação centro-periferia. Essa concepção é extremamente importante na produção furtadiana, que incorporou tal reflexão a partir da sua atuação na Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (Cepal). O economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986), Secretário-executivo da Cepal entre 1950 e 1963, deu o pontapé inicial nessa interpretação quando escreveu, em 1949, um texto seminal sobre a América Latina e seus problemas de desenvolvimento, apresentando a tese da relação centro-periferia. Na sua visão, a condição periférica da América Latina impunha à região a situação de produtora de bens primários exportáveis ao centro desenvolvido, de quem adquiria os produtos industrializados. Dado o fato de os produtos industrializados serem resultado de uma incorporação acelerada de progresso técnico, em condição de estabilidade dos volumes exportados, os países periféricos exportadores de bens primários perderiam sistematicamente a sua capacidade de importar pela desvalorização dos seus produtos em relação aos industrializados. Esta interpretação, consagrada como a deterioração dos termos de troca, fazia com que a única saída para a América Latina, naquele contexto, fosse um projeto de industrialização sob a liderança do Estado, dada as condições heterônomas de crescimento, emprego, distribuição de renda e incorporação tecnológica nos países periféricos (PREBISCH, 2000 [1949]). Daí surgiram uma série de publicações e correntes econômicas na região defensoras da noção da industrialização por substituição de importações, programa que sustentou os projetos nacional-desenvolvimentistas da América Latina, em

geral, e do Brasil, em particular, ao longo dos anos 1950 e 1960.⁵

Partindo dessa perspectiva, Celso Furtado, nesse mesmo período, concebeu uma teorização da condição de desenvolvimento em economias periféricas, criando uma noção específica de subdesenvolvimento. Ao contrário das teorias em voga na época, que consideravam o subdesenvolvimento uma etapa do desenvolvimento, Furtado afirmava que o subdesenvolvimento era uma condição capitalista específica, resultante do processo de inserção das economias periféricas (FURTADO, 1961). Diante dessa constatação, a industrialização por si só não seria condição suficiente para a superação do subdesenvolvimento, visto que ela acabava se integrando às condições econômico-sociais pré-existentes e retroalimentando a situação de atraso social. Nesse sentido, considerava Furtado que era necessário um amplo programa de reformas que iam muito além da industrialização. Essa visão também se aproximava daquela que passou a integrar o pensamento dos formuladores da Cepal ao longo dos anos 1960: uma industrialização associada a reformas promotoras da homogeneização social e de consolidação de direitos, na construção de uma ampla democracia social. As reflexões de Furtado e da Cepal tornaram-se a base de muitos programas da esquerda reformista daqueles anos na América Latina (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 37-39).

O próprio Furtado apresentou um programa político nesse sentido, publicado em 1962, sob o título *A pré-Revolução brasileira*. Neste livro, o autor considerava que o Brasil havia alcançado um grau de diferenciação produtiva que permitia “transferir para o país os principais centros de decisão de sua vida econômica” (p. 9). O diagnóstico era que o desenvolvimento econômico vivido nos anos 1950 não havia se generalizado para toda a população, já que manteve níveis elevados de concentração da renda. No

5 No caso brasileiro, o órgão mais importante surgido nesse contexto foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Criado em 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura, o ISEB tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional, sendo a industrialização nacional o projeto fundamental associado ao Instituto e seus intelectuais, entre os quais se destacam Anísio Teixeira, Ernesto Luís de Oliveira Júnior, Hélio Cabal, Hélio Jaguaribe, Roberto Campos, Roland Corbisier, entre outros. Sobre o ISEB, cf. Toledo (1977).

tenso contexto da Guerra Fria, cabia ao país superar o falso dilema entre liberdade individual e desenvolvimento material, e enfrentar o problema fundamental que era “desenvolver técnicas que permitam alcançar rápidas transformações sociais com os padrões de convivência humana de uma sociedade aberta” (FURTADO, 1962, p. 26). O caminho para a garantia de ambas seria a realização de reformas de base. Estas eram necessárias pois o nosso padrão de desenvolvimento era totalmente diferente dos países centrais: neles, no pós-Segunda Guerra promoveram-se políticas de pleno emprego em um contexto de escassez de mão de obra, o que mantinha os salários altos e incentivava o investimento no progresso técnico poupador de mão de obra, promovendo um desenvolvimento com homogeneização social. No caso dos países periféricos, ao contrário, o processo de industrialização agudizou os conflitos pré-existentes ao manter a estrutura agrária e tributária, bem como explorar o excesso de mão de obra disponível com os salários achatados. As reformas de base deveriam atacar essas questões centrais: a agrária e a tributária, para promover maior distribuição e homogeneização social, fazendo com que o crescimento se transformasse naquilo que deve ser o seu objetivo: um meio para o desenvolvimento humano e social (FURTADO, 1961).

A Ditadura Militar instaurada em 1964 no Brasil, entretanto, foi um grande baque para essa teoria da superação do subdesenvolvimento pela via reformista. O recuo das elites locais no sentido da preservação dos seus interesses específicos, expôs para muitos intelectuais de centro e esquerda daquele momento que um projeto de superação do subdesenvolvimento passava por romper com a noção de que era possível uma aliança entre a burguesia industrial com as camadas trabalhadoras contra os setores atrasados. No contexto de crise, a burguesia industrial teria se aliado aos outros setores das elites nacionais e, com apoio do centro capitalista, promoveu um retrocesso nos avanços democráticos entre os anos 1960 e 1970. O projeto nacional-desenvolvimentista, fundamentado na industrialização com democracia social, teria sido abandonado pelas elites

latino-americanas.⁶

Segundo Bresser-Pereira (2010), a experiência histórica dos anos 1960 e 1970 tinham demonstrado que as elites locais continuaram desenvolvimentistas e industrialistas, mas romperam com a democracia e a justiça social. Nesse sentido, o projeto da esquerda nacionalista, do ISEB e da Cepal havia fracassado. É com a escola sociológica paulista que surgiu a alternativa de se pensar o problema brasileiro e latino-americano pela perspectiva da dependência. Nesse contexto, essas novas interpretações, vindas do ambiente acadêmico, propõem a ideia de que, para além da relação centro-periferia, a região estava submetida por uma relação também de dependência com o capitalismo cêntrico, sendo que a elite local tinha a preferência de promover uma relação subordinada de inserção ao capitalismo a arriscar seu domínio local na construção de uma inserção autônoma que possibilitasse uma ascensão das camadas subalternas. Para essa corrente, o projeto nacional-desenvolvimentista era corresponsável pela derrota de 1964 no Brasil, ao confiar numa burguesia industrial nacionalista. As elites locais, afirmam os sociólogos paulistas, eram incapazes de “serem nacionais, de pensarem e agirem em termos dos interesses nacionais” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 32).⁷

Na esteira desse processo de revisão crítica da derrota pós-1964, Furtado, por meio do método histórico-estrutural, promoveu novas reflexões sobre o desenvolvimento brasileiro e latino-americano, enquadrando-os num cenário mais amplo de inserção sistemática ao capitalismo de forma subdesenvolvida e dependente. Conforme apontam Manzatto e Saes (2021, p. 191), o momento decisivo dessas reflexões se dá na década entre as publicações de *Dialética do desenvolvimento* (1964) e *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), quando o golpe, o exílio, a manutenção

6 Evidente que existe um amplo debate historiográfico sobre as razões, o significado e o conteúdo de classe dos golpes militares executados na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular. Para um balanço relativamente recente sobre o tema, tratando especificamente do golpe no Brasil, com um posicionamento crítico sobre muitas dessas interpretações, cf. Melo (2014).

7 Antes mesmo do golpe de 1964, essas ideias já estavam sinalizadas na obra de Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (1964).

da industrialização e do crescimento sob o regime ditatorial, desafiaram-no a revisitar suas teses.

Em *O mito*, Furtado apresentou uma análise das tendências estruturais do capitalismo naquele contexto de meados dos anos 1970. Promovendo uma incursão histórica, identificava a existência de três momentos fundamentais do desenvolvimento capitalista: (i) sob a hegemonia inglesa (século XVIII e primeira metade do século XIX); (ii) momento de formação dos sistemas econômicos nacionais (a partir da segunda metade do século XIX); e (iii) sob a hegemonia estadunidense (pós-Segunda Guerra Mundial).

Na hegemonia inglesa, o excedente era canalizado pela Inglaterra a partir da lógica do livre-comércio e da divisão internacional do trabalho. Ocorria, paralelamente, a formação de um sistema financeiro integrado desde Londres, concentrando geograficamente a acumulação de capital a partir dos termos de troca favoráveis às regiões industriais. Assim, o *laissez-faire* beneficiava quase que exclusivamente a Inglaterra, o que levou à reação de outros países, que passaram a buscar o seu desenvolvimento por outros meios. Já na segunda fase, de formação dos sistemas econômicos nacionais, diversos países abandonaram o *laissez-faire* e promoveram políticas protecionistas para o desenvolvimento de seus sistemas econômicos nacionais. Com o comando central do Estado, controlou-se o sistema financeiro e o setor exportador no sentido de forjar uma industrialização nacional, permitindo que alguns países que tiveram sucesso nesse processo, como Estados Unidos, Alemanha e Japão, conseguissem ingressar no centro e disputar a hegemonia com os ingleses. Nos países onde a distância para o centro era maior e o padrão de consumo de suas elites era mimético se procurou promover uma industrialização por substituição de importações (típica formação dos países subdesenvolvidos como o Brasil). Esses países subdesenvolvidos se integraram ao capitalismo como economias primário-exportadoras submetidos à teoria das vantagens comparativas. Essa situação fez com que os excedentes da exportação fossem gastos em bens de consumo e com desenvolvimento de uma indústria de substituição de importações durante contextos externos restritivos. Esse mecanismo significava

concentração de renda (FURTADO, 1983 [1974], cap. I).

Já na terceira fase, sob hegemonia dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, Furtado afirmava que a dominância se dava numa frente geopolítica, por conta da Guerra Fria, e noutra econômica, ambas integradas com o objetivo de garantir a dominação. Assim, criaram-se instituições internacionais para proteger esse novo arcabouço do capitalismo sustentado na atuação de oligopólios transnacionais que se espalharam no centro e na periferia. As empresas transnacionais adquiriram grande autonomia em relação aos governos, com flexibilização fronteiriças e financeirização crescentes. Os Estados foram perdendo a capacidade de coordenação do processo de desenvolvimento que tinham alcançado em alguns casos durante a segunda fase.

A tutela estadunidense ao mundo capitalista criou as condições para a expansão da grande empresa transnacional, com ampla liquidez fundamentada no padrão dólar e com políticas de controle de “bom comportamento” dos Estados subordinados à tutela. Na periferia, os impactos foram significativos: o aumento da distância em relação aos países do centro; o comércio entre centro-periferia transformado em operações das grandes empresas transnacionais; e a industrialização se transformou num elemento de concentração de riqueza para a criação de demanda para as transnacionais. A atuação global das grandes empresas permitia que elas produzissem com os custos baixos da periferia e exportassem para o centro, perpetuando as condições estruturais do subdesenvolvimento. Assim, a onipresença das transnacionais ressignificava a ideia de economia nacional e de inserção no mercado internacional: os governos tinham margem restrita de atuação e as grandes empresas conseguiam impor seus interesses pelo poder econômico que possuíam. Nesse cenário, os conflitos de classe tendiam a se complexificar, com os grandes, pequenos e médios capitais e os distintos extratos da classe trabalhadora disputando espaço em nível nacional, mas a lógica de disputa pelo excelente se dava agora em nível internacional, o que significava, no limite, uma ingovernabilidade crônica dos países periféricos (FURTADO, 1983 [1974], p. 44-60).

Essa percepção da transformação do capitalismo em uma grande arena global, aprofundada pela atuação das transnacionais, refinava de forma significativa aquela interpretação tradicional da relação centro-periferia fundamentada na deterioração dos termos de troca. O subdesenvolvimento, nessa nova condição, não era apenas funcional aos interesses das elites locais da periferia. Numa perspectiva mais ampla que incorpora a noção de dependência, Furtado estava considerando que esse novo capitalismo transnacional transformava o subdesenvolvimento num produto funcional para o sistema, que se utilizava dessas condições estruturais periféricas para ampliar as possibilidades de acumulação de capital, numa lógica muito mais integrada que pode nos levar a relacionar o pensamento de Furtado à visão daqueles que defendem a ideia da existência de um grande sistema mundial integrado.⁸

Em *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978), Celso Furtado aprofundou essa análise das transformações do sistema e aponta, pela primeira vez com todas as letras, a existência de um capitalismo globalizado. Partindo desta noção, considerou que os centros de decisão, que lá em 1962 ele acreditava que pertenciam ao país, estavam cada vez mais capturados por instituições e empresas globais e pelo sistema financeiro internacional (FURTADO, 1978, cap. 1). Possibilidades de um projeto nacional-desenvolvimentista, que superasse os entraves que nos mantinham

8 A teoria do moderno sistema mundial, que surge com força na década de 1970, tem entre os seus principais expoentes o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (1930-2019). Grosso modo, nessa concepção o capitalismo é um sistema mundial histórico, surgido no século XVI e, desde então, vem se desenvolvendo e incorporando todo o planeta na lógica de produção de lucros que é a sua base: trata-se de uma economia-mundo, que se estrutura por meio de Estados e regiões hegemônicas, periféricas e semiperiféricas. Wallerstein procura relacionar a visão de modos de produção da perspectiva marxista, bem como a ideia de longa duração desenvolvida pelo historiador francês da Escola dos Annales, Fernand Braudel. Um dos seguidores de Wallerstein, o sociólogo italiano Giovanni Arrighi (1937-2009), procurou incorporar a essa teoria a noção de ciclos sistêmicos de acumulação, com fases (A) de expansão produtiva e (B) de expansão financeira, que comandariam o sistema mundial a partir de um *hegemon*. No seu livro mais famoso, *O longo século XX* (1996), Arrighi considera a existência de quatro ciclos sistêmicos de acumulação. Interessante notar que, os dois últimos, o inglês no longo século XIX e o estadunidense durante o longo século XX, correspondem àqueles identificados por Celso Furtado na sua interpretação do capitalismo que apresentamos quando comentamos *O mito do desenvolvimento econômico*. Para uma exposição da visão de capitalismo do sociólogo estadunidense, cf. Wallerstein (2001). Além de *O longo século XX*, o sociólogo italiano repôs elementos de sua teoria para os tempos recentes de expansão chinesa em Arrighi (2008). Para uma abordagem que procura relacionar o pensamento de Furtado com essa interpretação da corrente do moderno sistema mundial com foco no desenvolvimento chinês, cf. Barbosa (2021a).

no subdesenvolvimento se tornavam cada vez mais restritos. O Brasil estaria cada vez mais amarrado à sua condição subdesenvolvida e dependente. Mesmo assim, há quem considere que Furtado nunca abandonou a ideia de um projeto nacional que contasse com uma burguesia nacionalista que, aliada às camadas populares, rompesse com a dependência e o subdesenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 38). Assim, Furtado nunca teria deixado de pensar que “a superação da dependência passava pela construção de um projeto nacional autônomo, em que os objetivos econômicos e sociais atendessem aos interesses do país” (MANZATTO; SAES, 2021, p. 202).

Depois do segundo choque do petróleo, em 1979, os Estados Unidos mudaram radicalmente sua política monetária, promovendo uma alta inédita nos juros para conter a inflação que se acelerava no país. O efeito internacional foi uma drenagem dos capitais para os Estados Unidos, levando os países que financiavam seus projetos industrializantes com poupança externa à bancarrota. Começando pelo México, vários Estados periféricos quebraram e viveram um processo de reversão da sua política de crescimento. Endividados, foram obrigados pelos organismos internacionais a promoverem uma política econômica voltada para a obtenção de moeda forte para fazer frente ao serviço da dívida externa. Iniciava-se um doloroso processo de abandono das políticas industrializantes para um processo de ajuste que (re)inserirse a periferia na nova lógica de organização do capitalismo, agora globalizado e neoliberal.

A própria Cepal, nesse contexto, apontou para a perda de autonomia nacional dos países latino-americanos, bem como para o intenso processo de fortalecimento do sistema financeiro em detrimento dos setores produtivos da economia. A instituição propunha, ao contrário do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, uma saída heterodoxa da crise, focada numa política de crescimento econômico pautado nas exportações, bem como um acordo coletivo dos países devedores com os seus credores, de forma a escalonar e renegociar os juros da dívida externa, impedindo a asfixia financeira das nações latino-americanas (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 56-59).

Entretanto, o que se viu no caso brasileiro foi um duro processo

recessivo no começo dos anos 1980 e uma explosão inflacionária que durou toda a década, só contida em 1994. Interessante notar que esse processo de (re)inserção do Brasil como periferia na nova lógica de acumulação capitalista se dá no mesmo momento em que o país procurava (re)construir a democracia. Esse choque entre os interesses democráticos, de um lado, e de inserção neoliberal, de outro, é um dos elementos mais significativos do processo de transição iniciado nos anos 1980, já que, geralmente, se mostraram contraditórios e excludentes.⁹

Em seu *Brasil: a construção interrompida*, publicado em 1992, Celso Furtado retoma a reflexão sobre os limites e as possibilidades que a nova articulação do capitalismo desde a década de 1970 criaram para as economias periféricas, em geral, e para a economia brasileira, em particular. Nessa análise, reafirma o autor a ideia de que a globalização, a financeirização e as transformações do progresso técnico haviam limitado profundamente as possibilidades de superação do subdesenvolvimento, especialmente com a subordinação dos objetivos de longo prazo aos interesses específicos de curto prazo centralizados na estabilidade macroeconômica que atendesse aos interesses das finanças internacionais cada vez mais desregulamentadas.

A partir dessa constatação, ele acreditava numa certa “perda de governabilidade” inclusive nos países desenvolvidos, que tornava mais complexa a construção de um projeto nacional, dada a redução das taxas de poupança e uma maior ineficiência das políticas macroeconômicas voltadas para o crescimento. A globalização, o crescente fortalecimento econômico (e, por que não dizer, político) das empresas transnacionais e o livre fluxo de capitais financeiros interdavam políticas de indução do desenvolvimento a partir do Estado, tornando-as cada vez mais obsoletas. Nas palavras de Furtado,

⁹ Este é o argumento central da tese de doutoramento em desenvolvimento por um dos autores, Leandro Salman Torelli, sob orientação do outro autor, Alexandre Macchione Saes, no Programa de Pós-graduação em História Econômica da FFLCH-USP.

a perda do controle dos fluxos de liquidez internacional pelos bancos centrais e a rápida integração dos sistemas monetários e financeiros deram origem a uma situação nova em que a própria ideia de sistema econômico nacional passou a ser apresentada como anacronismo (FURTADO, 1992, p. 29).

O novo contexto do capitalismo, globalizado e neoliberal, ao enfraquecer o papel central do Estado nacional nas políticas promotoras do desenvolvimento, também levou à dificuldade na garantia de políticas que promovessem certa homogeneização social, a exemplo daquelas desenvolvidas no pós-Segunda Guerra no centro capitalista. Como consequência, o aumento das desigualdades sociais, inclusive nos países desenvolvidos, já era apontado por Furtado no início dos anos 1990 como uma das consequências nefastas da nova realidade estrutural.

No caso dos países periféricos, em especial no Brasil, podia-se notar que as transformações ocorridas no capitalismo a partir dos anos 1970 desarticularam os mecanismos pelos quais se promoveu uma industrialização e uma certa modernização, principalmente entre os anos 1950 e 1980. Desde então, o endividamento e a alta inflação acabaram por se tornar algumas das consequências principais da nova ordem capitalista, sendo obrigado o país a realizar políticas econômicas que garantissem recursos vultosos para transferência líquida ao exterior com o intuito de saldar o serviço da dívida externa, inviabilizando as políticas de crescimento, industrialização e modernização, quiçá então políticas de desenvolvimento e de homogeneização social. O resultado foi a estagnação econômica, a desintegração e a anomia social.

Esse novo quadro do capitalismo foi apontado por Furtado como um limitador decisivo para políticas nacionais de desenvolvimento, que avançassem para além da modernização restrita ao consumo dos grupos mais abastados das sociedades periféricas. No livro *Capitalismo Global*, de 1998, ele apontava para alguns desafios que esse capitalismo neoliberal impunha aos países periféricos: i) a necessidade de integração regional para tornar-se mais competitivo internacionalmente; ii) as dificuldades de inserção num

contexto de resistência hegemônica dos Estados Unidos e de surgimento da União Europeia; iii) a decadência do antigo Bloco Soviético e a inserção desses novos países na disputa pela poupança externa; iv) o avanço das economias orientais, especialmente da China, como potência industrial exportadora e; v) as pressões internacionais por mais abertura da economia e financeirização por parte das transnacionais e do mercado de capitais (FURTADO, 1998, p. 30-33).

No começo do século XXI, Furtado ainda se mostrava ativo em busca de novos modelos de desenvolvimento dentro dos marcos do capitalismo neoliberal. Em seu movimento de reflexão sobre o Brasil nessa nova ordem internacional, Furtado reconhecia dois elementos estruturais que, ao longo de toda essa trajetória aqui descrita permaneciam como centrais: “1) a propensão ao endividamento externo; e 2) a propensão à concentração social da renda” (FURTADO, 2002, p. 8). Ora, esses dois elementos estruturais eram reforçados pelas características do capitalismo desses tempos. Ao final do capítulo II do livro *Em busca de novo modelo*, de 2002, Furtado assim reflete sobre o capitalismo globalizado e as questões centrais que diziam respeito ao Brasil:

A globalização opera em benefício dos que comandam a vanguarda tecnológica e exploram os desníveis de desenvolvimento entre países. Isso nos leva a concluir que países com grande potencial de recursos naturais e acentuadas disparidades sociais – caso do Brasil – são os que mais sofrerão com a globalização. Isso porque poderão desagregar-se ou deslizar para regimes autoritários como resposta às tensões sociais crescentes. Para escapar a essa disjunção temos que voltar à ideia de projeto nacional, recuperando para o mercado interno o centro dinâmico da economia. A maior dificuldade está em reverter o processo de concentração de renda, o que somente será feito mediante uma grande mobilização social (FURTADO, 2002, p. 42. Grifos nossos).

Nesse sentido, para Furtado, era no fortalecimento do Estado, sob controle dos interesses mais gerais da sociedade, onde se encontrava a chave

de atuação decisiva que poderia atacar os nossos problemas estruturais, identificados desde o começo da saga furtadiana; os mercados, por sua vez, teriam um papel coadjuvante nesse processo. Entretanto, ao observar os caminhos tomados pelo capitalismo nas últimas quatro décadas, e a forma como o Brasil se inseriu nele nesse período, quando a prevalência dos mercados e dos seus interesses foram predominantes, têm-se visto, na verdade, uma intensificação da “heterogeneidade estrutural” identificada pelos cepalinos desde 1949 e profundamente estudada pelos seus membros, sendo Celso Furtado um dos mais ilustres.

3. O capitalismo neoliberal e o Brasil

As transformações vividas pelo Brasil a partir da crise dos anos 1980 e da (re)inserção periférica do país ao sistema mundial a partir da década de 1990 podem ser, em muitos aspectos, analisadas a partir das percepções de Celso Furtado sobre as transformações do capitalismo desde os anos 1970. Talvez seja interessante chamar a atenção para o fato de que o último grande projeto intervencionista do regime ditatorial brasileiro, o chamado II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), posto em prática entre 1974 e 1979, foi alvo de ataques de setores empresariais do país que o consideram “estatista” demais. O possível redimensionamento dos papéis do capital estatal e do capital privado contido no ambicioso plano do governo ditatorial do General Médici levou a “fricções entre empresários e governo” que agitaram os debates da “imprensa e [d]a opinião pública informada entre 1975 e 1976” (CRUZ, 1997, p. 57).

O sinal dos tempos foi sendo relativamente sentido também ao longo dos anos 1980, onde vivia-se o aprofundamento da crise econômica associada a um intenso processo de transição política para a construção da democracia. Em geral, no campo econômico, o que se impôs foi a força da inércia, isto é, a reprodução dos mesmos elementos da crise que retroalimentava o cenário degradante de fim do ciclo expansivo das décadas anteriores sem nada para

se colocar no lugar. Portanto, viveu-se uma “reiteração obrigada das condutas meramente defensivas” de todas as forças da sociedade (CRUZ, 1997, p. 148). Pelo lado político, a promulgação de uma Constituição como a de 1988, com um aparato relativamente significativo de avanços nos direitos sociais, criava um desafio de monta para a Nova República: garantir os direitos sociais previstos na Carta num contexto em que avançava no mundo um novo regime de acumulação cada vez mais exigente de ampliação das esferas do mercado e de diminuição dos custos da reprodução social.

Em 1989, com a realização da primeira eleição livre para a presidência da república desde a instalação da ditadura militar, ocorreu o momento decisivo desse compasso de espera. A miríade de candidatos que se apresentaram demonstrava as dificuldades de articulação no nível das forças políticas. Chegaram ao segundo turno dois candidatos representantes de diferentes modelos de sociedade em disputa: o reformismo distributivo ou, para alguns, o socialismo democrático (Lula, PT), contra a defesa da modernização da economia e da sociedade segundo os ditames neoliberais (Collor, PRN). A vitória de Fernando Collor de Mello, com a bandeira da abertura do país aos novos tempos, indicava os rumos que seguiríamos nas próximas décadas: a (re)inserção periférica ao capitalismo neoliberal.

Ao assumir a presidência da república, em março de 1990, Fernando Collor apresentou um programa de choque econômico para conter a inflação que se encontrava em descontrole. O Plano Brasil Novo (ou Plano Collor) promoveu, entre as suas principais medidas: i) a troca da moeda de cruzado novo para cruzeiro; ii) o bloqueio dos depósitos em aplicações financeiras ou contas correntes que ultrapassasse o valor de 50 mil cruzados novos; iii) o congelamento de preços e salários por 90 dias; e iv) o fim dos subsídios e incentivos fiscais. Associado a esses elementos, voltados para o combate imediato da inflação, apresentou também um programa de mais longo prazo, que envolvia a abertura comercial, um projeto de desestatização e um enxugamento de órgãos e repartições públicas (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 25).

Assim, o Plano apresentava dois estágios conjuntamente: um

programa de controle da inflação para ação imediata e uma agenda liberalizante da economia, com a redefinição do papel do Estado e dos mercados a partir das reformas encaminhadas (BASTOS; FERRAZ, 2021, p. 389). Ao contrário do que se afirmou mais recentemente, o Plano, nos seus primeiros meses, foi muito bem recebido pelos setores empresariais, pela mídia, por importantes nomes da economia e mesmo por alguns setores de oposição. Segundo levantamento feito por Alexandre Andrada, “o Plano Collor não pode ser reduzido ao sequestro dos ativos financeiros”, ele também “era formado por um amplo conjunto de medidas, cujas partes agradavam aos setores da esquerda e da direita”, por isso “os economistas entusiastas do Plano [...] iam desde velhos liberais da FGV-Rio que haviam servido ao regime militar, passando por desenvolvimentistas da Unicamp” (ANDRADA, 2018, p. 783).

O fator que agradava a setores da esquerda, era atribuir os custos do choque de controle inflacionário aos mais ricos, que teriam o seu dinheiro bloqueado. Muitos economistas desenvolvimentistas consideravam que um dos problemas para conter a inflação no Brasil estava no estoque de moeda indexada disponível para se transformar em meio circulante assim que a inflação fosse contida. Com isso, poderia ocorrer um choque de demanda que provocaria aumentos de preços e o retorno da inflação. Portanto, bloquear esses recursos e impedi-los de se transformarem em moeda disponível para consumo imediato, seria uma forma adequada para se promover o controle inflacionário (BASTOS; FERRAZ, 2021, p. 390). Já os liberais gostavam do programa de abertura comercial, financeira e de privatizações prometido pelo governo. Acreditavam que a economia brasileira necessitava de uma ampliação da concorrência e de modernização para melhorar a produtividade e conter os arroubos inflacionários de economias protegidas do mercado externo. O fato é que o choque de estabilização não funcionou a contento. Por outro lado, o programa de abertura foi mais bem sucedido e se transformou nas bases de muitas das iniciativas que se promoveram para a inserção brasileira dali em diante.

Isso fica claro quando analisamos o programa de governo proposto por

Fernando Collor. Apresentado ao país em 1991, quando já estava no poder fazia um ano, o plano envolvia diversas propostas e iniciativas nas mais diversas áreas: papel do Estado, prioridades do que se chamava de “reconstrução nacional” (economia, infraestrutura, ciência e tecnologia, padrão de financiamento, capital estrangeiro, educação, relações capital e trabalho e meio ambiente), projetos sociais de combate à pobreza, saúde, assistência e seguridade social, bem como um programa para as chamadas garantias fundamentais e para a política externa (COLLOR, 2008 [1991]).

Vamos focar aqui em três aspectos fundamentais que envolvem as preocupações de Celso Furtado sobre o desenvolvimento brasileiro: o papel do Estado, a estruturação econômica e a inserção internacional do país. O documento apresenta um diagnóstico que era quase consensual à época: “a crise vivida pela economia brasileira não é conjuntural. É produto do esgotamento do próprio padrão de desenvolvimento adotado nos últimos 50 anos” (*Ibidem*, p. 25).

Partindo dessa constatação, o projeto propõe uma completa reformulação do papel do Estado na economia. Afirma-se que a iniciativa deve ser por um Estado “menor, mais ágil e bem-informado, com alta capacidade de articulação e flexibilidade para ajustar suas políticas” (*Ibidem*, p. 33). Nas propostas, uma reforma tributária, que previa inclusive um imposto sobre grandes fortunas; uma reforma administrativa, que promovesse o fim da estabilidade dos trabalhadores do serviço público, enxugasse o número de funcionários em “atividades-meio” e reduzisse significativamente as propriedades, órgãos e repartições públicas; um programa nacional de desestatização, redefinindo a “atuação do Estado” para “áreas em que ele é necessário” (*Ibidem*, p. 40); e um programa federal de desregulamentação, que envolvia eliminar normas e práticas burocratizantes na visão do governo.

Na discussão sobre a questão da competitividade econômica do país, o documento começa com a constatação de que a industrialização brasileira alcançou um grau importante de diferenciação e relativa integração setorial. Entretanto, o protecionismo dos anos 1980 teria comprometido a competitividade, tanto na indústria quanto na agricultura. O quadro se

agravaria com a aceleração da inflação, que levou as empresas a concentrar seus interesses no curto prazo, abandonando os investimentos de longo prazo. Sendo assim, Collor se propunha a promover um amplo programa de reformas nessa área:

Esse programa agrega a política industrial e do comércio exterior e as diretrizes da política agrícola [...]. A elas devem se articular outras reformas importantes como a privatização, a reforma do mercado de capitais, a reforma educacional e a nova política para investimentos em infraestrutura, complementando o esforço de modernização produtiva (*Ibidem*, p. 46).

O dinamismo do processo, afirma o documento, deveria vir da iniciativa privada. O Estado deve ser coadjuvante na condução do desenvolvimento. Seu papel se restringe a criar “as condições macroeconômicas, infraestruturais e institucionais que deem suporte e potencializem a criação de vantagens competitivas pelas empresas” (*Ibidem*, p. 47). A competitividade, entretanto, somente seria alcançada se houvesse um novo padrão de financiamento da economia, com uma atitude “mais construtiva” diante do capital estrangeiro e se promovesse uma “modernização das relações entre o capital e o trabalho no país” (*Ibidem*, p. 48).

A abertura comercial, por seu lado, permitiria ao empresariado nacional aproveitar as “vantagens comparativas” que os nossos setores mais eficientes teriam no mundo aberto, e, também, adensaria as possibilidades de recuperação produtiva dos setores atrasados, pois teriam maior acesso aos elementos do progresso técnico e das inovações administrativas e organizacionais que vinham fazendo maravilhas em outras partes do mundo competitivo. Afinal, “a conquista de mercados externos tem efeitos positivos para a elevação do padrão de eficiência de toda a economia” e, mais do que isso, afeta positivamente o mercado interno, pois gera “padrões de consumo e [de] produção mais elevados” (*Ibidem*, p. 49).

A abertura financeira também é um elemento decisivo desse processo de modernização na visão do governo Collor. Devem ser bem-vistos os

investimentos estrangeiros, pois se consubstanciam no novo padrão de financiamento “de longo prazo” da economia, viabilizando “o retorno da poupança externa”, seja “por meio de investimentos diretos”, seja “através de investimentos em carteira” (*Ibidem*, p. 66).

Por fim, para completar o processo de “flexibilização” e de consolidação da entrada da economia brasileira na nova era, seria fundamental uma transformação da legislação trabalhista, obsoleta e profundamente “paternalista e tutelar”. Um novo código deve “circunscrever-se a regular os direitos essenciais do empregado”. De resto, a “livre negociação” entre capital e trabalho deve ser estabelecida, dando “maior flexibilidade nos diversos segmentos do mercado de trabalho” (*Ibidem*, p. 81).

O governo Collor não teve grandes oportunidades de avançar no seu programa de “reconstrução”, já que envolvido em escândalos de corrupção, foi afastado da presidência num processo de impeachment em fins de 1992. Entretanto, três iniciativas de seu governo tiveram bastante importância na organização da (re)inserção do Brasil no capitalismo neoliberal: o início das privatizações das empresas estatais; a abertura comercial; e a abertura financeira.

O chamado Programa Nacional de Desestatização, administrado pelo BNDES, foi implantado por Collor, que iniciou a venda de estatais, especialmente no setor siderúrgico e petroquímico. Entre 1990 e 1994, os resultados financeiros das vendas foram de pouco menos do que US\$ 11,9 bilhões, com a venda de 33 empresas entre controladas pelo governo e participações minoritárias. Porém, o marco regulatório dos processos de privatização criados na gestão Collor foi decisivo para o avanço das privatizações para setores de infraestrutura e de serviços públicos durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (LANDI, 2010).

No campo comercial, a Política Industrial e de Comércio Exterior (Pice) implantou uma queda significativa das tarifas de importação, com a intenção de elevar a concorrência por meio da exposição da indústria à competição estrangeira e melhorar a competitividade por meio do incentivo concorrencial. Os resultados, entretanto, foram controversos, para dizer o mínimo. Muitos

setores não aguentaram a concorrência, associada à restrição de capital de giro pela política de combate à inflação, e quebraram. O país acabou se (re)especializando nos setores nos quais tinha vantagens absolutas, o que alguns autores chamaram de especialização regressiva (BASTOS; FERRAZ, 2021, p. 402-404).

Por fim, no que diz respeito à abertura financeira, houve o aprofundamento da orientação de uma política neoliberal, com a preparação do país para o recebimento dos novos fluxos de capital financeiro, resultante dos “avanços técnicos” nessa área, que fizeram surgir “novos produtos” resultantes do chamado *shadow banking* e da securitização de ativos (*Ibidem*, p. 398). Entre seus efeitos para a economia brasileira, podemos citar a ampliação da conversibilidade da conta de capital do balanço de pagamentos e a desnacionalização de importante parcela das empresas do setor financeiro, tornando a economia brasileira mais aderente aos movimentos cíclicos da economia internacional (CARNEIRO, 2002, cap. 8).

O fato é que as reformas promovidas pelo governo Collor tiveram um efeito imediato bastante ruim. Além de o programa de estabilização não ter atingido o objetivo de conter a espiral inflacionária, o crescimento econômico e o desemprego também tiveram resultados pífios, apontando para um cenário de grave recessão. Aparentemente, os efeitos imediatos das reformas liberalizantes de Collor foram a desorganização do sistema produtivo e o consequente desemprego em massa, algo que com certeza contribuiu para o aprofundamento da crise política que levou à sua queda.

Durante o governo Itamar Franco (1992-1994), vice de Collor que o sucedeu após o *impeachment*, o projeto de implantação do modelo de (re)inserção da economia brasileira no sistema mundial foi aprofundado com a solução dada ao problema inflacionário. Na verdade, mesmo com as diferenças que existiam em função dos momentos distintos e, especialmente, das realidades socioeconômicas discrepantes, os modelos de estabilização da economia seguidos pela Argentina, pelo México e pelo Brasil nos anos 1990 se assemelhavam e possuíam a mesma lógica ditada pelo Consenso de Washington e pelo FMI: i) uso da taxa de câmbio como instrumento de

combate à inflação; ii) abertura da economia para as importações; iii) abertura financeira, promovendo políticas de estímulo à entrada de capitais externos de curto prazo; iv) desindexação da economia; v) ajuste fiscal e política monetária austera; vi) venda das empresas públicas (BATISTA JUNIOR, 1996, p. 130). Interessante notar que, no caso brasileiro, muitas dessas medidas já haviam se iniciado, conforme demonstramos, no governo Collor.

A grande inovação no Plano Real, posto em prática no governo Itamar Franco, foi o papel central no modelo desempenhado pela política cambial de ajustar as taxas de inflação doméstica às taxas internacionais, com a contrapartida de produzir efeitos nocivos à competitividade da indústria local e profundos desajustes no balanço de pagamentos. De fato, a política de apreciação cambial em conjunto com a abertura comercial funcionou como um freio aos preços internos (mas somente dos preços dos bens transacionáveis, já que os preços dos não-transacionáveis permaneceram em alta). Nesse contexto de câmbio apreciado, abertura comercial, crescimento intenso das importações e queda brusca da inflação, a expansão da demanda interna acabou sendo um traço significativo da experiência. Conseqüentemente, um dos resultados mais marcantes dos planos coirmãos foi um profundo déficit em transações correntes. Para financiar esse déficit foi necessário contar com a disponibilidade de capitais externos “em montante suficiente para financiar os desequilíbrios de balanço de pagamentos produzidos pela combinação de valorização cambial com abertura às importações” (BATISTA JUNIOR, 1996, p. 132).

Entretentes, a entrada desses capitais especulativos foi resultante da transformação dos países latino-americanos – como de resto dos outros países periféricos – em receptor de recursos financeiros líquidos (ao contrário da década de 1980) graças à deflação da riqueza mobiliária e imobiliária já no final dos anos 1980 nos países centrais. Em contrapartida, nos países periféricos havia uma grande quantidade de ações depreciadas, governos endividados e com empresas para vender, além de câmbio valorizado e taxas de juros extremamente atraentes. A entrada desses capitais estava

condicionada a criação destes ativos atraentes, que deviam garantir spreads consideráveis para que os investidores mantivessem em suas carteiras ativos denominados em moedas frágeis (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002, p. 366-368), tornando a estabilização conquistada algo paradoxalmente instável, sujeita a tudo perder em função de algum mau humor dos mercados. Nesse sentido,

a abertura financeira externa e a disposição de adotar políticas monetárias, tributárias e cambiais compatíveis com a atração de capitais especulativos constituem, assim, aspectos centrais do modelo de política econômica seguida” (BATISTA JUNIOR, 1996, p. 132).

Em resumo, podemos afirmar que o Plano Real, a síntese das reformas liberais iniciadas anos antes, ao seguir os ditames neoliberais de *Washington Consensus*, promoveu a estabilização por intermédio da apreciação cambial e da liberalização comercial e financeira. De início, essa política que derrubou a inflação abruptamente garantiu o fim do chamado “imposto inflacionário”, permitindo às camadas assalariadas um ganho de renda substancial, fazendo com que ocorresse um choque de consumo que fez a produção crescer. Porém, com a manutenção da apreciação cambial, os resultados foram os grandes déficits no balanço de pagamentos, financiado com recursos do mercado financeiro internacional, que para cá vinham em busca dos spreads pagos pela alta taxa de juros. Esta política de juros altos associada à entrada de capitais promoveu um forte incremento da dívida pública, rebatendo diretamente no déficit operacional do setor público que, por sua vez, era financiado com títulos da dívida e aumento da carga tributária.

Do ponto de vista do investimento e da estrutura de produção, a política cambial, de juros e de abertura do Plano Real desestimulou os projetos voltados para as exportações, promoveu a desarticulação das cadeias produtivas, aumentou a participação estrangeira no estoque de capital doméstico e retirou do Estado a capacidade de liderar o processo de desenvolvimento. Do ponto de vista social, o resultado mais terrível, para além dos cortes nas áreas sociais do governo, foi o crescente desemprego

observado não somente nos grandes centros urbanos, mas também nas pequenas cidades e na agricultura. Em suma, a política econômica do Plano Real redistribuiu a riqueza desfavoravelmente aos agentes da demanda efetiva, inibiu a acumulação produtiva em favor da especulação financeira e impossibilitou a produção para exportação; o Plano colocou o Brasil numa armadilha onde a possibilidade de crescimento tornou-se cada vez mais improvável. Na prática, esta implementação do Plano Real nos parece a consolidação do projeto imaginado desde o início do governo Collor, conforme demonstrado pela análise do Plano de Reconstrução Nacional (COLLOR, 2008 [1991]).

Após a crise do Plano Real durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e o longo período de relativo sucesso econômico dos governos petistas, entre 2003 e 2014, o programa neoliberal *stricto sensu*, retornou como alternativa política à crise que se manifestou a partir da reeleição de Dilma Rousseff. O cenário de crise econômica que se seguiu à reeleição e o abandono do processo democrático por parte das oposições,¹⁰ fez com que o vice de Dilma Rousseff, Michel Temer, e o seu partido, o PMDB, apresentassem ao país um programa de governo que retomava muitos dos elementos presentes nas agendas de Fernando Collor (1990-1992) e FHC (1995-1998). Tornado público em outubro de 2015, quando os movimentos pelo impeachment de Dilma Rousseff ganhavam fôlego, o documento chamado *Uma ponte para o futuro* trazia novamente um diagnóstico que responsabilizava o Estado gastador como o culpado pela crise.

Afirma o documento que naquele momento o Brasil se via envolvido numa crise econômica resultante de uma “severa crise fiscal”, responsável diretamente pelas crises política e social que abalavam a democracia. Um Estado grande e ineficaz era o responsável pela realidade de que convivíamos com a renda média de um país pobre. A proposta do PMDB era de se retomar o crescimento do passado, “de 2,5% ao ano per capita”, mas a partir de uma

10 O candidato derrotado no segundo turno das eleições de 2014, Aécio Neves (PSDB), não reconheceu a derrota. Pediu a reabertura das urnas e a recotagem dos votos. Com o resultado confirmado pelo Superior Tribunal Eleitoral depois da recotagem, o PSDB entrou com pedido de impugnação da chapa vencedora.

conformação do papel estatal muito diferente do que ocorreu entre os anos 1950 e 1980. O aparelho estatal precisa ser reestruturado, pois:

Só o Estado pode criar e manter em funcionamento as instituições do Estado de Direito e da economia de mercado, e só ele também pode suprir os bens e serviços cujos benefícios sociais superam os benefícios privados. Portanto, as discussões sobre o tamanho e o escopo do Estado quase sempre se movem no vazio, porque a questão central é que o Estado deve ser funcional, qualquer que seja o seu tamanho. Para ser funcional ele deve distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade (FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES, 2015, p. 4).

Quando promove o desequilíbrio fiscal, o governo manda os sinais errados para o mercado. O aumento do gasto público desordenado desequilibra a lógica dos preços, distorce os custos e acirra o conflito distributivo. Além disso, considerava o PMDB que o gasto acima forçava o aumento fiscal, o que impedia a construção de setores econômicos competitivos. Entretanto, se há, por um lado, elementos conjunturais de um governo gastador na responsabilidade da crise fiscal, por outro há questões estruturais, fruto das despesas primárias crescentes impostas pela Constituição de 1988. Assim, “a conclusão inevitável a que se chega é que os principais ingredientes da crise fiscal são estruturais e de longo prazo”, isso porque se “falta espaço para aumento das receitas públicas através da elevação da carga tributária”, também há uma “rigidez institucional que torna o orçamento público uma fonte permanente de desequilíbrio” (*Ibidem*, p. 7).

Para solucionar a questão, o PMDB propunha o “retorno a um orçamento verdadeiro”. E aqui aparece a grande inovação em termos de ajuste fiscal proposto pelo programa do futuro governo Michel Temer. Para solucionar a crise fiscal “é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação”. Além disso, propunha também o fim das vinculações

da correção dos ganhos de aposentados e pensionistas ao salário mínimo e a formulação de um “orçamento de base zero”, onde todos os programas devam ser reavaliados para a manutenção ou não no orçamento seguinte. Porém, o mais importante é impedir a proliferação do gasto, sendo assim a proposta decisiva era conforme descrito a seguir:

Devolver autonomia ao processo orçamentário não significa deixar livre o caminho para a intemperança fiscal. Para coroar este novo regime, vamos propor que o equilíbrio fiscal de longo prazo seja um dos princípios constitucionais que deve obrigar a Administração Pública, aprovando-se uma lei complementar de responsabilidade orçamentária em termos que tornem possível à adaptação a circunstâncias excepcionais (*Ibidem*, p. 10).

A agenda para o desenvolvimento proposta queria atingir um crescimento “mínimo [de] 3,5% a 4% ao ano, ao longo da próxima década”. Para atingir esse objetivo, o programa do PMDB propunha um novo tripé de ajuste, que consistia em “redução estrutural das despesas públicas, diminuição do custo da dívida pública e crescimento do PIB” (*Ibidem*, p. 16). O crescimento do período petista é identificado como resultado da expansão do setor externo da economia, com aumento do consumo das famílias resultante dos ganhos de renda e ampliação do crédito popular. Entretanto, “esses motores esgotaram-se”, daquele instante em diante um novo ciclo de crescimento deveria vir do “investimento privado e [d]os ganhos de competitividade do setor externo, tanto do agronegócio, quanto do setor industrial” (*Ibidem*, p. 17).

Novamente, o papel do Estado aqui seria criar um bom ambiente de negócios, “sem intervenções que distorçam os incentivos do mercado”. Não há alternativa: “a globalização é o destino das economias que pretendem crescer” (*Idem*). O documento termina com uma série de pontos que deveriam ser implementados por um futuro governo do PMDB. De novidade àquilo que já destacamos, chama a atenção a presença da defesa de que as relações de trabalho sejam estabelecidas por convenções coletivas e não por

legislação e uma proposta de reforma tributária tímida, que falava apenas em “simplificar” o complexo sistema tributário brasileiro.

Apresentado como um projeto para um governo tampão, o programa ganhou grande relevância no debate público, animando os setores vinculados com a agenda neoliberal na imprensa, nos meios empresariais e no debate acadêmico. Porém, os resultados econômicos não melhoraram conforme o prometido quando Temer chegou ao poder: em que pese o retorno da inflação para abaixo da meta de 4,5% ao ano, o crescimento do PIB, depois de dois anos negativos, entre 2015 e 2016, permaneceu em torno de 1% no triênio seguinte e a taxa de desemprego saltou de 5% em 2015 para mais de 12% entre 2017 e 2019, segundo o IBGE.

Assim, apesar de o PIB ter se recuperado do quadro depressivo dos anos de 2015 e 2016, os anos seguintes não foram tão animadores. O desemprego continuou subindo, indicando que a (pequena) recuperação econômica não significou ampliação da oferta de postos de trabalho. A “reforma trabalhista” promovida pelo governo Temer, reduzindo direitos e ampliando a chamada flexibilização do mercado de trabalho, não significou recuperação do emprego. A inflação voltou a cair, mas às custas da recessão que se manteve. A explicação dos neoliberais, em geral, é sempre a mesma: as reformas não foram suficientes, precisa-se de mais doses de ampliação da esfera do mercado. Após a “reforma trabalhista”, a imposição da PEC do “teto de gastos” e, já no governo Jair Bolsonaro, a “reforma da previdência”. Mesmo assim, o crescimento e a geração de emprego e renda não vieram conforme prometido. A agenda em seguida passou a ser mais do mesmo remédio: promover novas reformas neoliberais, como a “reforma administrativa”, uma “reforma tributária” e, quem sabe, a venda das estatais restantes, como a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Mesmo depois do fracasso de 2008 no mundo, o capitalismo neoliberal conseguiu espaço para se fortalecer novamente na América Latina. Dessa vez, entretanto, caminhando cada vez mais ao lado das forças antidemocráticas e golpistas do subcontinente. Com dificuldade de vencer nas urnas com seu programa puro, o projeto neoliberal hard voltou ao poder no

Brasil por meio de um golpe parlamentar e permaneceu nele pegando carona numa candidatura de extrema-direita que surfou na onda da “antipolítica” que tomou conta do país a partir do contexto da crise do governo Dilma Rousseff. Numa nova configuração, a quadra histórica atual aparentemente recoloca a questão do projeto de inserção: este dependente-subordinado ou um outro que se proponha a encontrar saídas criativas para uma inserção autônoma. Para este último projeto, Celso Furtado continua sendo uma referência fundamental.

4. Conclusão: uma análise da (re)inserção brasileira

É possível pensar em projeto de desenvolvimento nacional nas circunstâncias e condições dadas pela lógica do capitalismo neoliberal? Elaborada ao longo de toda segunda metade do século XX, a interpretação de Celso Furtado sobre a economia brasileira foi mediada por sua contínua análise das transformações da economia mundial e é possivelmente dos melhores arcabouços reflexivos que a inteligência brasileira foi capaz de criar para começar a responder essa questão.

A chave explicativa em que Celso Furtado era um dos fundadores, isto é, o método histórico-estrutural, buscava um enfoque nas relações diacrônicas, históricas e comparativas, que procurava induzir e compreender as várias dimensões de um processo. Definir de forma heurística não era seu objetivo. Dessa forma, “o enfoque histórico-estruturalista”, diferentemente das tentativas estabelecidas de classificar e deduzir, “abriga um método de produção do conhecimento profundamente atento para o comportamento dos agentes sociais e da trajetória das instituições”, obtendo uma noção de processo a partir do movimento indutivo (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 21). Por isso que a perspectiva de Furtado foi sempre a de se atentar para os processos de transformação do capitalismo (aqui entendido, na chave da teoria do moderno sistema mundial, como capitalismo histórico) e seus impactos nas relações entre o centro e a periferia.

Nesse sentido, o quadro de possibilidades de ação estava emoldurado pelas oportunidades e limitações oferecidas pela estrutura econômica internacional, como também pelo perfil da inserção econômica do país neste cenário. Essa necessária reavaliação dos cenários produziu revisões de Celso Furtado, evidentes em suas obras publicadas entre as décadas de 1950 e 1970. Não obstante as revisões de sua análise, Furtado manteve ao longo de sua trajetória alguns diagnósticos que seriam decisivos para a superação do subdesenvolvimento: para a promoção de políticas de desenvolvimento, os países deviam ser dotados de centros internos de decisão, capazes de direcionar os meios econômicos (a racionalidade instrumental) para as finalidades nacionais (a racionalidade substantiva).

Assim, a fórmula furtadiana de uma oposição entre a racionalidade instrumental e racionalidade substantiva, em certa medida, repisava o impasse pensado por Karl Polanyi entre mercado e sociedade durante a Segunda Guerra Mundial (POLANYI, 2000). Impasse aprofundado com as transformações operadas no capitalismo mundial desde a década de 1970, percebido por Furtado como restritivo às possibilidades de superação do subdesenvolvimento na periferia. Ingressando nessa onda do novo capitalismo chamado de neoliberal pelos seus críticos, a dependência estrutural dos fluxos de capitais e da atuação das empresas transnacionais se aprofundaria, assim como o mimetismo cultural, de padrões de consumo e de comportamentos se tornaria ainda mais incontestes. Em *O mito do desenvolvimento econômico*, Furtado afirmou que:

A característica mais significativa do modelo brasileiro [de inserção no capitalismo] é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter antissocial tende a estimular (FURTADO, 1983, p. 109).

Ora, os projetos de (re)inserção do Brasil no capitalismo neoliberal

levados à cabo entre os anos 1990 e 2010, conforme vimos, foram reformas que ou perpetuaram ou reforçaram essa tendência estrutural apontada por Furtado. Dessa perspectiva, o que os analistas, de diferentes perspectivas teóricas, têm percebido acontecer no centro capitalista a partir das injunções neoliberais é aquilo que se vivenciou estruturalmente na forma de inserção ao capitalismo a partir da Periferia.

A financeirização da vida, a desindustrialização, a perda dos postos de trabalho de melhor qualidade, o aprofundamento da dependência dos fluxos de capitais especulativos, a estagnação econômica e a preservação ou ampliação das desigualdades que se assistiu ocorrer no Brasil e em partes do Centro capitalista são expressões resultantes desse capitalismo realmente existente nas últimas décadas. Robert Brenner (2003) demonstrou as limitações de uma recuperação econômica e produtiva no centro dado os arranjos constituídos pelo capitalismo globalizado. Giovanni Arrighi (2008) conseguiu demonstrar as relações profundas entre essas transformações e o rearranjo global resultante da ascensão chinesa na disputa geopolítica internacional.

Uma análise furtadiana do cenário para a periferia, por sua vez, consideraria que a América Latina, desde a década de 1990, renunciou ao seu projeto industrializante e nacional-desenvolvimentista e se rendeu à financeirização, marca indelével do capitalismo neoliberal. Entretanto, “a experiência histórica mostra que nenhum país conseguiu industrializar-se e se desenvolver com base em IED [Investimento Direto Estrangeiro]” (VIDAL, 2007, p. 254). Mais do que isso, na quadra histórica do capitalismo neoliberal, a imposição da dependência se aprofunda, já que “os dois níveis de dominação identificados por Furtado – da periferia pelo centro, na esfera internacional, e da sociedade por grupos de interesses ligados à ordem internacional – articulam-se por meio do conceito de ‘disciplina de mercado’”. Esta impõe as chamadas “políticas sadias”, que significam aos “países pertencentes à periferia do sistema financeiro internacional, a liberdade de entrada e saída de capitais”, que na prática “serve de instrumento de enquadramento à ordem”. O não cumprimento das práticas estabelecidas

como “políticas sadias” causam “a fuga de capitais”, que derrubam a Balança de Pagamentos e impõem a “disciplina” aos países rebeldes. A rendição ao “sentimento dos mercados” significa, em última análise, a renovação da dependência estrutural em bases financeiras (CARVALHO, 2007, p. 334-336).

Partindo daquela análise proposta por Raúl Prebisch em 1949, o método histórico-estrutural ganhou elegância e profundidade com as interpretações de Furtado. Ele permite ainda uma leitura clara do capitalismo histórico e da inserção periférica ao sistema, reformulada ao longo do tempo pelas próprias transformações do capitalismo. De 1990 para cá, o Brasil promoveu políticas mais “flexíveis”, maior “liberdade de mercado” e conseguiu conter a espiral inflacionária, mas em nenhum momento (talvez na década inclusiva?) vislumbrou um passo além do subdesenvolvimento e da dependência.

Essa visão global da economia capitalista, que permitia nela identificar uma fratura estrutural gerada pela lenta propagação do progresso técnico e perpetuada pelo sistema de divisão internacional do trabalho então existente, constituiu certamente a contribuição teórica maior de Prebisch, e foi o ponto de partida da teoria do subdesenvolvimento que dominaria o pensamento latino-americano e teria amplas projeções em outras regiões do mundo (FURTADO, 2002, p. 94).

A recuperação dessa tradição crítica do pensamento econômico latino-americano, sendo a obra de Furtado uma de suas expressões maiores, talvez seja o caminho para uma resposta à pergunta inicial dessa seção. No instante em que o mundo, inclusive no Centro, se depara com o aumento da desigualdade, das heteronomias e dos conflitos políticos resultantes das contradições do capitalismo neoliberal, o método histórico-estrutural, a teoria do subdesenvolvimento e a noção das relações de centro-periferia podem ser instrumentos analíticos significativos para se pensar saídas progressistas para a crise estrutural em que estamos metidos.

Referências

- ANDERSON, P. *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANDRADA, A. F. S. Quem afinal apoiou o Plano Collor? *Revista de Economia Política*, v. 38, n. 4, p. 781-799, out.-dez. 2018.
- ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; Ed. Unesp, 1996.
- BARBOSA, A. de F. A ascensão chinesa e a economia-mundo capitalista: uma perspectiva histórica. In: MUSSE, R. (Org.). *China contemporânea: seis interpretações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021a.
- BARBOSA, A. de F. Celso Furtado, intérprete do Brasil. *Revista do IEB*, n. 78, p. 86-107, abr. 2021b.
- BARBOSA, A. de F. Interpretando o fim do ciclo 1988-2016: pode a “parceria” Furtado e Florestan fornecer novas pistas teóricas e metodológicas para entender o presente passado? *Novos Rumos, Marília (SP)*, v. 57, n. 1, p. 109-130, jan.-jun. 2020.
- BASTOS, C. P.; FERRAZ, F. A economia brasileira na primeira metade dos anos 1990: inflação, mudança estrutural e estabilização. In: ARAUJO, V. L. de; MATTOS, F. A. M. de (Orgs.). *A economia brasileira: de Getúlio a Dilma – novas interpretações*. São Paulo: Hucitec, 2021.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas (SP), v. 21, n. esp., p. 779-810, 2012.
- BATISTA JUNIOR, P. N. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. *Estudos Avançados*, n. 10, v. 28, 1996.
- BELLUZZO, L. G. de M.; ALMEIDA, J. G. de. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- BRENNER, R. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul.-dez. 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a economia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul.-set. 2006.
- CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difel, 1964.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- CARNEIRO, R. Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, Campinas (SP), v. 21, n. esp., p. 749-778, 2012.
- CARVALHO, F. J. C. de. O sistema financeiro internacional: um breve ensaio ao modo de Celso Furtado. In: SABOIA, J.; CARVALHO, F. J. C. de (Orgs.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri, SP; Rio de Janeiro: Manole; IE/UFRJ, 2007.
- COLLOR, Fernando. *Brasil: um projeto de reconstrução nacional*. Brasília: Senado Federal, 2008 [1991].
- CRUZ, S. C. V. e. *Estado e economia em tempos de crise: política industrial e transição política*. Rio de Janeiro; Campinas, SP: Relume Dumará; Ed. Unicamp, 1997.
- D'AGUIAR, R. F. (Org.). *Celso Furtado. Diários intermitentes (1937-2002)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FALEIROS, R. N.; FELIPE, E. S.; SAMPAIO, D. P. O cavaleiro andante de destemido coração: Celso Furtado e a saudade do futuro. *Serviço Social e Sociedade*, n. 135, p. 364-382, maio-ago. 2019.
- FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES. *Uma ponte para o futuro*. Brasília, 29 out. 2015. Disponível em: <https://fundacaoulisses.org.br>. Acesso em: 2 jan. 2022.
- FURTADO, C. *A pré-Revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FURTADO, C. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FURTADO, C. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 [1974].
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2014.
- LACERDA, A. C. de. (Org.). *Celso Furtado: 100 anos pensamento e ação*. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- LANDI, M. A Evolução do Programa Nacional de Desestatização (PND): seus principais resultados e desdobramentos na infraestrutura. In: MARQUES, R. M.; FERREIRA, M. R. J. (Orgs.). *O Brasil sob nova ordem: a economia brasileira contemporânea – uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MELO, D. B. de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, D. B. de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MONZATTO, R.; SAES, A. M. Celso Furtado, intérprete da dependência. *Revista do IEB*, n. 78, p. 182-205, abr. 2021.
- NAKATANI, P.; OLIVEIRA, F. A. de. Política econômica brasileira de Collor a Lula: 1990-2007. In: MARQUES, R. M.; FERREIRA, M. R. J. (Orgs.). *O Brasil sob nova ordem: a economia brasileira contemporânea – uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- NERI, M. *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: CPS, 2008.
- NOBRE, M. *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020.
- OLIVEIRA, F. de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

- PREBISH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. [1949]. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- QUINTELA, A. et al. *Celso Furtado – os combates de um economista*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- ROSSI, P.; MELLO, G.; BASTOS, P. P. Z. The growth model of the PT governments: a Furtadian view of the limits of recent Brazilian development. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 1, p. 100-114, jan. 2020.
- SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SAES, A. M.; SOARES, J. A. R. Ideias e método de Celso Furtado para pensar o século XXI. *História Econômica & História de Empresas*, v. 24, n. 1, p. 2016-247, jan.-abr. 2021.
- SANTOS, W. G. dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2017.
- SISCÚ, J.; et al. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista Economia Política*, v. 27, n. 4 (108), p. 507-524, out.-dez. 2007.
- SOUZA, P. H. G. F. de. *Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)*. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2018.
- TOLEDO, C. N. de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- VIDAL, G. América Latina na cilada da globalização: história e classes dirigentes. In: SABOIA, J.; CARVALHO, F. J. C. de (Orgs.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri, SP; Rio de Janeiro: Manole; IE/UFRJ, 2007.
- WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico & Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.